

LENDO UMA FLORESTA DO PASSADO: A PAISAGEM DA BACIA DO RIO MACACU (RJ) NO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX

Diogo de Carvalho CABRAL¹

Resumo

Embora não permita, na maioria dos casos, o recurso da cartografia, o uso de documentação histórica vem sendo cada vez mais apontado como um método legítimo para a “leitura” de paisagens florestais do passado. Esta via metodológica vem se mostrando adequada para a reconstrução de paisagens mais recuadas no tempo, bem como processos de mudança de longa duração. O objetivo deste estudo foi chegar a estimativas razoáveis da antiga paisagem florestal – tanto em termos espaciais quanto estruturais – da bacia do rio Macacu (nordeste do Recôncavo da Guanabara, Rio de Janeiro), usando documentação primária (relatórios administrativos, correspondências oficiais) e secundária (principalmente relatos de viajantes e crônicas) do último quartel do século XVIII e início do XIX, além, é claro, da historiografia pertinente. Os resultados alcançados revelam que, se o século XVIII representou, de fato, um *turning point* na história da Mata Atlântica brasileira, em geral, e fluminense, em particular, com o início de taxas de desflorestamento exponencialmente maiores, a bacia do Macacu parece ter constituído, ainda no final da centúria, um grande “refúgio” do bioma.

Palavras-chave: Geoeologia histórica. Paisagem florestal. Bacia do rio Macacu. Rio de Janeiro colonial tardio.

Abstract:

Reading a forest of the past: The landscape of Macacu river basin Rio de Janeiro, Brazil in late eighteenth century and early nineteenth century

Although in most cases it does not allow mapping, use of historical documentation is more and more accepted as a legitimate method for ‘reading’ past forested landscapes. This methodological way has been showing to be suited for reconstitution of older landscapes, as well as long-term changing processes. The aim of this study was to achieve reasonable estimates of the ancient forest landscape – both in spatial and structural parameters – of Macacu river basin (northeast of Recôncavo da Guanabara, Rio de Janeiro, Brazil), using primary documentation (administrative reports, official correspondence) and secondary documentation (specially travelers accounts and narratives) of last quarter of eighteenth century and beginning of nineteenth century, besides pertinent historiography. The results reveal that, if eighteenth century has witnessed, in fact, a turning point in the history of Brazilian, in general, and Rio de Janeiro’s, in particular, Atlantic Forest, with the beginning of deforestation rates exponentially higher, the Macacu basin seems to have been, even in the end of the century, a great “refugee” of the biome.

Key words: Historical geo-ecology. Forest landscape. Macacu river basin. Late-colonial Rio de Janeiro (Brazil).

¹ Geógrafo e Mestre em História Social pelo PPGHIS (IFCS/UFRJ) – Núcleo de Pesquisas em Geografia Histórica (NPGH), Departamento de Geografia – IGEO - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro - Prédio do CCMN Bloco I sala: 20 - Cidade Universitária – Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ, – CEP. 21941-972. E-mail: diogocabral@superig.com.br

INTRODUÇÃO

As paisagens florestais são cada vez mais consideradas como o resultado de sucessivos ajustamentos sistêmicos às condições impostas pela sociedade humana em sua dinâmica espaço-temporal. O legado da presença humana apresenta uma dimensão diacrônica e tem influência comparável ao último uso feito dos ecossistemas, que é geralmente mais considerado nos estudos de sucessão ecológica. O mote destes trabalhos é a concepção de que esses espaços florestados foram utilizados e controlados por certos grupos sociais no passado e que hoje apresentam vestígios que podem ser mensurados e analisados em função de suas resultantes ecológicas, as quais condicionam o processo de regeneração. Assim, a cada uso superposto no tempo, podem ser esperadas resultantes ecológicas distintas de acordo com as modalidades e intensidades das transformações antrópicas (OLIVEIRA, 2006).

Uma outra via para se contar a história da cobertura vegetal de uma dada área tem sido o sensoriamento remoto. Os pesquisadores têm dependido, em sua maioria, da existência de dados coletados a partir de aviões e/ou satélites orbitais, base para a extração de informações em diferentes momentos do tempo. Através das técnicas de interpretação estereoscópica de fotografias aéreas, bem como a interpretação computacional de imagens espectrais, os estudiosos das mudanças paisagísticas vêm podendo construir verdadeiros “filmes” ou “fotografias animadas” dos processos de transformação.

Apesar de toda essa riqueza de possibilidades, a história da paisagem vista do espaço sideral somente permite o vislumbre de um passado extremamente curto. As fotografias aéreas estão disponíveis, para as regiões mais desenvolvidas do globo, somente a partir dos anos 1920. No caso das imagens orbitais, as possibilidades são ainda mais estreitas: a obtenção de dados espectrais de forma sistemática para uso civil iniciou-se apenas a partir da década de 1970. Estas fontes não são, portanto, adequadas para a reconstrução de paisagens mais recuadas no tempo, bem como processos de mudança de longa duração (BAKER, 1989, p.127; REGO, 2005, p.54).

Para alcançar estes objetivos, necessitamos do manuseio de documentação histórica primária, um método que vem sendo cada vez mais apontado como legítimo em geoecologia. Afora algumas tentativas isoladas como a de T. W. Woodhead – que, no longínquo ano de 1929, publicou um artigo intitulado “The History of Vegetation of the Southern Pennines” no *Journal of Ecology* –, foram os pesquisadores da *Harvard Forest* (Petersham, Massachusetts, EUA), liderados pelo ecólogo vegetal David Foster, que constituíram o centro pioneiro neste tipo de metodologia. As pesquisas conduzidas neste centro vêm enfatizando os estudos “retrospectivos”, principalmente a partir da análise de diversos tipos de documentos históricos (Ver, e.g., BÜRGH et al., 2000; BELLEMARE et al., 2002; COGBILL et al., 2002; FOSTER et al., 2002; HALL et al., 2002).

Pode-se dizer que, no Brasil, procedimentos metodológicos deste tipo são inéditos dentro da comunidade geográfica. A reconstrução da cobertura vegetal pretérita de uma determinada área é geralmente esboçada, no âmbito de estudos regionais, através de identificação de vegetação residual em cartas topográficas, interpretação de fotografias aéreas, levantamento botânico de campo, exame de relatos de viajantes e interpretação toponímica. Em termos de pesquisa histórica propriamente dita, o máximo a que se chega é a compilação de dados em fontes de segunda mão (transcrições publicadas) e, algumas vezes, mapas antigos. O recurso aos documentos primários (manuscritos) permanece, em larga medida, como um tabu entre os geógrafos brasileiros, principalmente os da área física.

O objetivo deste estudo foi chegar a estimativas razoáveis da antiga paisagem florestal – tanto em termos espaciais quanto estruturais – da bacia do rio Macacu (nordeste do Recôncavo da Guanabara, Rio de Janeiro), usando documentação primária (relatórios administrativos, correspondências oficiais) e secundária (principalmente relatos de via-

jantes e crônicas) do último quartel do século XVIII e início do XIX, além, é claro, da historiografia pertinente. A referida bacia sobrepunha-se, em grande medida, ao limites político-administrativos da Vila de Santo Antônio de Sá (Figura 1).

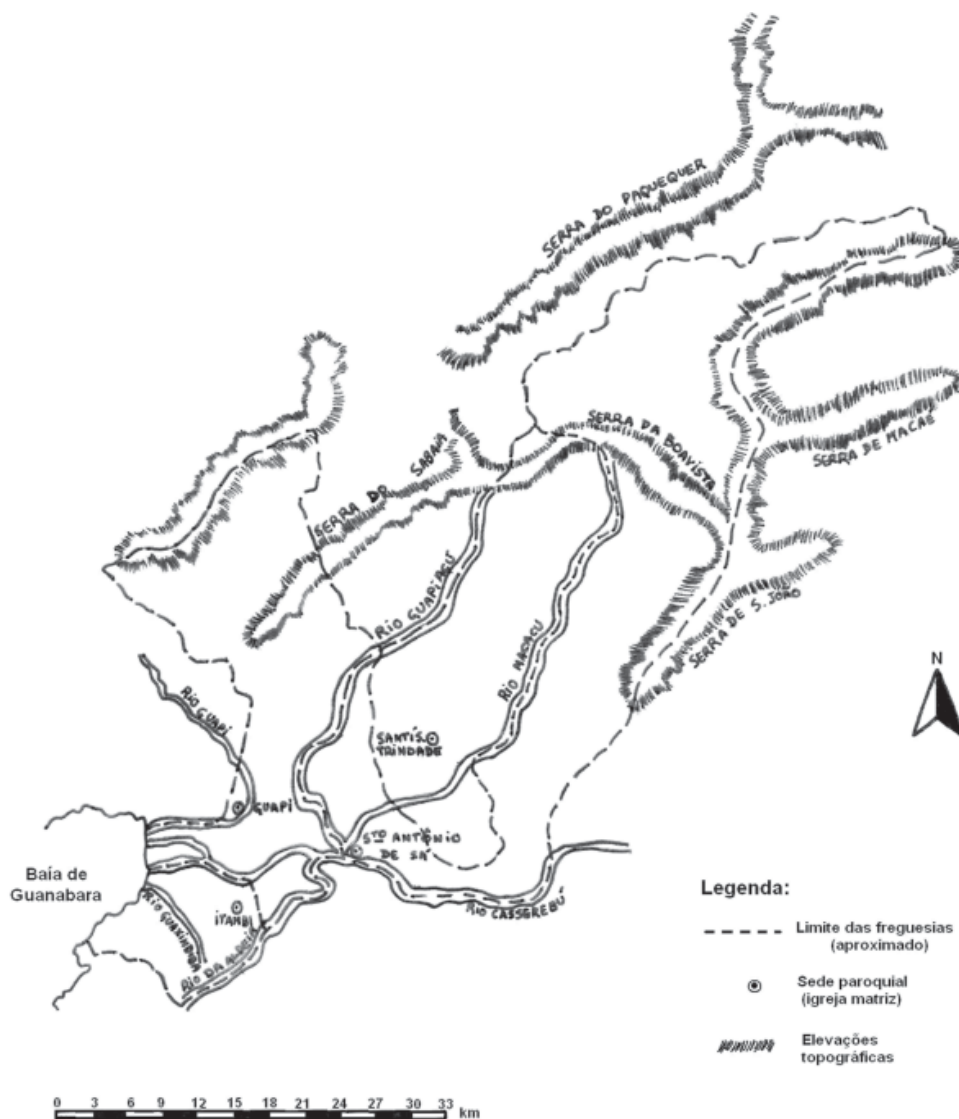


Figura 1 - Área de estudo
Fonte: FUNDREM, 1982 (adaptado)

Considero não caber, aqui, falar de “reconstrução” de paisagens – seria muita audácia –, até mesmo porque não lançarei mão do artifício cartográfico (isto é, não me proponho, neste trabalho, a *mapear* nada, embora faça uso de mapas como fonte), frequentemente considerado como o recurso metodológico *par excellence* dos estudos de geografia histórica. Serei, portanto, o mais prudente possível e falarei simplesmente de uma *representação textual* de um cenário geográfico num determinado momento do tempo – sem nenhuma preocupação, vale também lembrar, com o alcance do tempo presente, o que significa dizer que meu objetivo não é instrumentalizar o passado para explicar a paisagem atual.

FONTES E MÉTODOS

Minha fonte básica para a análise histórica da composição florestal da bacia do Macacu será a *Relação das Madeiras que abundão os vastíssimos sertões do Districto da Villa de Santo Antonio de Sá de Macacú, e dos seus nomes, quantidade, e préstimos; a exceção daquellas que somente servem para lenha*. Vejamos a origem desta fonte.

Preocupado em mapear rapidamente as alternativas econômicas da colônia pós-mineração (SANTOS, 1993, p.55), uma das primeiras medidas de Rodrigo de Sousa Coutinho ao assumir o Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 1796, foi requisitar um levantamento geral da situação das capitanias. Em ofício datado de 14 de setembro do mesmo ano, Sousa Coutinho ordena ao Conde de Rezende que

[...] para o fim de que haja nesta Secretaria de Estado melhor informação do estado phizico e politico dos Domínios Ultramarinos, e para que as providencias necessarias a promover o bem dos seus vassallos sejam dadas com todo o conhecimento de cauza, V. Exc. proceda logo ao exame circunstanciado de todos os objectos aqui annunciados; e dos mesmos me remeta todas as informações que poder haver, seja em relações circunstanciadas, seja em mappas individuos de cada um dos mesmos objectos (ARQUIVO NACIONAL, cód.67, v.21, fls.72-3).

Em resposta a este requerimento, o Conde de Rezende escreve, em três de dezembro de 1797:

[...] só me he possivel dirigir a V. Ex. nesta ocasião o Estado actual da Povoação desta Cidade dividida em tres Bairros, e de toda a Capitania por Freguesias (...). Também remeto as relações que me dirigirão... [os] Officiaes incumbidos da vesita geral que mandei fazer nos Districtos subordinados a este Governo [...] (ARQUIVO NACIONAL, cód.68, v.13, fl.280).

A *Discripção do que contém o Districto da Villa de Santo Antônio de Sá de Macacú* é, exatamente, uma destas “relações” enviadas ao Conde de Rezende pelos oficiais pertinentes. Como anexo deste documento, a *Relação das Madeiras que abundão os vastíssimos sertões do Districto da Villa de Santo Antonio de Sá de Macacú, e dos seus nomes, quantidade, e préstimos* compila 81 espécies arbóreas, existentes no termo da Vila de Santo Antônio de Sá, com algum tipo de préstimo madeireiro. Com efeito, pela sua excepcional raridade, ela constitui um tesouro de incalculável valor historiográfico. Lembremos que, até meados do século passado, o interesse humano por registrar e descrever a diversidade da vida era ínfimo. Como bem ressaltou Bryson (2005, p.483), “se você fosse designar um organismo para zelar pela vida em nosso cosmo solitário, monitorar onde ela

está indo e manter um registro de onde esteve, não escolheria os seres humanos para o serviço". No âmbito de Portugal, este exaro faz mais sentido do que em qualquer outro império ultramarino moderno. Mas voltemos ao documento.

Referindo-se a elas por meio de nomes "vulgares" da época – cuja grafia original manterei aqui –, a *Relação* contém, ainda, o diâmetro e o comprimento dos troncos (medidos em palmos, os quais transformei em metros pela equivalência entre um palmo e 0,22m), sua quantidade ("maior" ou "menor") e seus préstimos. O menor diâmetro de tronco encontrado é de 0,22m (relativo ao palmito), enquanto o maior é de 1,54m (relativo ao gequitibá). O menor comprimento de tronco relacionado é de 2,2m (relativo ao camará), enquanto o maior é de 19,8m (relativo ao oleo pardo e ao oleo de copahiba). Apenas 19 das 81 espécies ocorriam em quantidade "menor".

O uso mais óbvio dessa fonte parece ser, à primeira vista, a reconstituição florística da comunidade vegetal existente nos sertões norte-orientais do Recôncavo da Guanabara. Há, contudo, muitas dificuldades. A mais gritante delas diz respeito à determinação das abundâncias de cada espécie: "maior" e "menor" não são, exatamente, o tipo de mensuração mais propício a um diagnóstico fitossociológico – pelo menos como ele é entendido atualmente. Torna-se impossível até mesmo uma estimativa das abundâncias relativas.

O outro grande problema refere-se à ausência de nomenclatura científica. Os nomes ditos "vulgares" possuem um grau muito variável de continuidade histórico-cultural e, ao que parece, este é tanto maior quanto menor seja o nível de regionalismo etno-botânico. Árvores como o ipê (*Tabebuia serratifolia*), o jequitibá (*Cariniana legalis*) e a peroba (*Aspidosperma ramiflorum*), por exemplo, de extrema dispersão por grande parte do bioma da Mata Atlântica, guardaram, quase intactos, seus nomes populares. Também conta para a identificação da espécie, obviamente, o grau de rarificação que ela sofreu ao longo do processo histórico de desflorestamento. O tapinhoan (*Mezilaurus navalium*), por exemplo, mal passou por estes dois "gargalos": com uma ocorrência natural que, ao que tudo indica, concentrava-se mais fortemente na região do Rio de Janeiro e, ao mesmo, tempo, produtora da madeira mais procurada para a construção naval na colônia (MILLER, 2000, p.251), o nome vulgar desta espécie quase não sobreviveu ao tempo – atualmente, os manuais botânicos referem-se a ela como "canela marmelada".

Contudo, a despeito destes problemas, acredito que seja possível usar esta fonte, senão para "reconstituir" floristicamente a comunidade vegetal, pelo menos para diagnosticar, mesmo que, grosso modo, seu estado de desenvolvimento e conservação. Como fazer isso? Comparando esta relação com uma lista produzida num estudo botânico atual, realizado na mesma região (KURTZ; ARAÚJO, 2000). A comparação encontra utilidade no fato de que o referido estudo concluiu que a mata estudada encontrava-se, possivelmente, em *clímax* ou estágio sucessional muito próximo.

RESULTADOS

Na região do Recôncavo da Guanabara, em geral, e na bacia do Macacu, em particular, a paisagem compunha-se de uma congregação de formações botânicas que incluía todas as gradações altitudinais da floresta ombrófila densa ou Mata Atlântica *stricto sensu* (terras baixas, sub-montana, montana e alto-montana), além de campos sujos, manguezais, brejos, várzeas e restingas.

Na bacia do Macacu, o acúmulo sazonal de águas e sedimentos nas planícies fluviais era responsável pela manutenção de uma área de 179,1 km² de manguezais, o que correspondia a cerca de 10% da sua superfície total. O pequeno gradiente topográfico ocasionava transbordamentos de águas muitas vezes catastróficos, tendo sido, desde o

início, um fator limitante à expansão da lavoura, principalmente a canavieira. Assim se pronunciou o autor anônimo da *Descrição* sobre o problema: “Nesta plantação há anos q’ os Lavradores experimentão grandes prejuizos [...] p’ causa das enchentes, quando estas são extraordinarias, tendo os Canaviaes em terras baixas, estando ainda pequenas as Canas de pouco tempo plantadas, p.’ q.º as mata [...]”. A “inutilidade” dessas terras – que eram muitas – era contornável apenas quando fossem seus donos “opulentos”, pois usavam da técnica do “esquartejamento com valas”, drenando-as. Em algumas delas, porém, nem isso remediava, “p.’ q.º [...] se encontrão dificuldades pelo mão assento do terreno, e não permitirem exgoto p.ª parte alguma”. Não escapava a esse inconveniente nem mesmo a produção madeireira: “[...] he de tal sorte a velocidade da sua água corrente qº suspen-de muitas Madeiras fabricadas, e pesadas, levando as dos Portos em qº estão pª serem conduzidas [...]” (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Avulsos, caixa 165, nº 62, caps.1, 3 e 10).

A Mata Atlântica *stricto sensu* começava a surgir à medida que o nível de alagabilidade ia diminuindo. Essas partes mais altas da paisagem, cobertas de floresta, eram consideradas pelos coevos como aquelas compostas pelos melhores solos da região: “He a terra do Distrito de Macacú na maior parte bastante fertil, principalmente as q’ são mais proximas às Caxoeiras de todos os Rios” (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Avulsos, caixa 165, nº 62, cap.10).

Para uma primeira aproximação da extensão da cobertura florestal da bacia do Macacu, atentemos para o mapa do Sargento-mor Manoel Vieira Leão. Desenhado em 1767, a pedido do Vice-Rei Conde de Cunha e no contexto da transferência da capital do vice-reinado da colônia do Brasil para o Rio de Janeiro, o mapa mostra a região do médio e alto vale do rio Macacu ainda cobertas de florestas, representadas por tons mais escuros e técnicas de sombreamento. Os engenhos dessa região Leste dos Recôncavos do Rio de Janeiro, em número de 46, na sua grande maioria localizavam-se nas margens dos pequenos cursos de água como os rios Guaxindiba, da Aldeia, Matuapira e outros.

Façamos um esforço de quantificação. Uma estimativa da área ocupada por floresta ainda de pé, no final da década de 1770, pode ser obtida através dos dados fornecidos pelo relatório do Marquês do Lavradio (1946, pp.293-4) sob a rubrica de “terras qº se achão por cultivar”. Supondo que essas áreas fossem realmente sertões florestais e trabalhando com uma área total da bacia de 1.700 km², podemos inferir que cerca de 17% (ou 286 km²) do setor norte-oriental do Recôncavo ainda eram cobertos por florestas. Elas remanesciam, principalmente, na margem esquerda do médio-alto vale do Macacu e no alto vale do rio Guapi-Açu. Considerando-se que estão excluídas deste valor as datas do capitão Pedro Corrêa Lima e dos Carmelitas, além das “[t]erras por cultivar e vacuadas por Ordem do Ill.º e Ex.º S.ºr Conde da Cunha a doze annos” – cujas dimensões não são especificadas pelo documento –, acredito que se pode trabalhar com uma estimativa conservadora de 20 a 25% de cobertura florestal na bacia, no final da década de 1770. Essas conjecturas são tanto mais plausíveis quanto se considere que esse “sensor” (o documento com o qual trabalhamos) parece realmente sensível a oscilações na dita variável: num distrito como o de Guaratiba, por exemplo, localizado muito mais próximo à área urbana, a mancha florestal devia ser bem menor, dado que não havia “terras devolutas”:

[...] as terras, q’ se achão por cultivar são os Sertões dos Engenhos, e Fazendas, os qºs são necessários indispensavelm.ºe aos mesmos Eng.ºs p.ª em cada anno tirarem delles o gr.º n.º de Carros de Lenha, q’ conforme a moagem: tirarem páos p.ª moendas, madeiras de carros, taboas p.ª Caixões, madeiras p.ª a reedificação dos Eng.ºz e haverem terras novas p.ª se plantarem as Canas (LAVRADIO, 1946, p.329).

Do mesmo modo, também não se achavam, no distrito de Irajá (que continha as freguesias de Engenho Velho, Inhaúma e Irajá), terras devolutas, “porq’ todas estão ocupadas e cultivadas” (LAVRADIO, 1946, p.316).

Se atentarmos para as “terraz devolutaz” relatadas no capítulo décimo nono da *Discripção*, então concluímos que, ao final do século XVIII, a mata parece ter se praticamente extinguido, pois os valores fornecidos pela fonte indicam que restava pouco mais de um quilômetro quadrado de área florestal, já nos pontos mais altos da Serra dos Órgãos, “cujas terras são [...] chamadas do Povo” (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Avulsos, caixa 165, n° 62, cap.19). Apesar de ser muito provável que tenha havido, realmente, uma não-desprezível redução do tecido florestal no último vicênio do século, não devemos, contudo, dar muito crédito a esta última cifra, por duas razões. Em primeiro lugar, há uma probabilidade muito grande de o relator ter tomado toda apropriação territorial *de jure* por apropriação *de facto*. Por volta de 1770, praticamente todo o território do distrito de Macacu já se encontrava *sesmariado*. De acordo com Barros (1997, p.81), entre os anos de 1750 e 1778, o termo da Vila de Santo Antônio de Sá concentrou mais de 14% das sesmarias concedidas pela Coroa, a maior porcentagem verificada no período, igualada somente pelo distrito de Cabo Frio. O recorte temporal de Barros não me permite averiguar, mas é provável que estas concessões tenham se realizado até meados dos anos 1760, momento a partir do qual a administração metropolitana adota uma rígida política de controle sobre aquela área, devido ao problema do contrabando do ouro das minas dos sertões do Macacu. O próprio autor afirma, mais à frente, que “em fase de ocupação na década de 1760, o avanço da fronteira nesta região foi retardado duas décadas por decreto real” (BARROS, 1997, pp.153-4).

Em segundo lugar, em estreita consonância com o que se disse acima, tenho motivos para crer que a maior parte do desflorestamento ocorrente nesse período (terceiro quartel do século XVIII) deu-se sobre florestas secundárias. Das três freguesias que formavam o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu, a que mais se destacava na produção de farinha era a de Santíssima Trindade. Baseando-se nos dados do relatório do Marquês de Lavradio, Forte (1937, p.46) calcula que esta freguesia produziu, no ano de 1778, 1 milhão de litros de farinha. Considerando-se necessários 4,5 m³ de madeira para a secagem de 50 quilos de farinha (DEFFONTAINES, 1945, p.567), pode-se estimar grosseiramente que, em se mantendo mais ou menos constante o nível da produção, derrubava-se, anualmente, cerca de 14.000 árvores (com uma média de 12m de altura) para este fim. Deste modo, imaginando a exploração de uma floresta secundária com uma densidade média de 50 indivíduos úteis por hectare e da qual se extraísse todos os tipos de árvores, sem distinção, a devastação produzida pelas fábricas de farinha teria afetado, anualmente, 2,8 km² de matas secundárias da freguesia de Santíssima Trindade, no último quartel do século XVIII.

Conforme aponta Drummond (1997, p.89), o despontar da mineração nas Gerais foi uma faca de dois gumes no que tange aos impactos sobre os recursos florestais fluminenses. Se, de um lado, ele “talvez tenha retardado o crescimento das pressões ambientais diretas sobre as terras do Rio de Janeiro” – em razão do deslocamento dos fatores de produção (escravos e capital) para as minas –, por outro, ela “gerou pressões próprias” – notadamente, o crescimento das cidades portuárias e o subseqüente aumento da demanda pelos recursos naturais das *hinterlands* florestais.

No caso dos sertões do Macacu, a mineração sem dúvida desempenhou um duplo papel – destrutivo e conservativo – mas por razões muito mais “imediatas” do que aquelas apontadas por Drummond. O retardamento do crescimento das pressões diretas advindas da expansão da área cultivável de fato ocorreu, mas não por falta de fatores de produção – pelo menos não *somente* nem *principalmente* por isso –, mas sim por causa das interdições da Coroa numa área que produzia ouro em pleno último quarto do século XVIII, alimentando, assim, as ilusões metropolitanas de que o sonho dourado não se havia

perecido. Já as “pressões próprias” não se faziam sentir via drenagem dos recursos florestais para os centros urbanos, uma vez que a região fora evacuada desde a administração do Conde da Cunha, na década de 1760. Elas advinham, isso sim, da implantação de todo um aparato físico-territorial imprescindível à gestão e fiscalização da produção aurífera – alojamento para os soldados que guardavam a entrada das minas, ranchos para o armazenamento dos mantimentos, olaria para prover os “materiaes para se fazerem as obras indispensaveis com que se deve principiar aquella Povoação” (BIBLIOTECA NACIONAL, Seção de Manuscritos, I-28,28,4, fl.19), etc.

É preciso registrar que, apesar das proibições formais e das (ingênuas) tentativas de implementar uma espécie de “cordão de isolamento”, havia, desde meados da centúria, uma ocupação humana neo-européia dessa paisagem. Tratava-se da falange de contrabandistas de ouro chefiado pelo lendário “Mão de Luva”, alcunha sob a qual era conhecido um tal Manoel Henriques, mulato que perdera uma das mãos em luta com um pelotão de soldados que o tinha surpreendido quando da realização de suas atividades ilícitas; no lugar da mão perdida, usava uma luva cheia de algodão, o que lhe rendeu o apelido. Essa “comunidade”, contando com uma população de aproximadamente 300 pessoas, extraía ouro nos “minas novas de Macacu” e mesmo no interior da capitania de Minas Gerais, mantendo um depósito em Cantagalo, de onde enviavam o metal para o Rio de Janeiro (VON TSCHUDI, 1980, pp.86-7). Aparentemente, esse estabelecimento territorial era bastante estável, como podemos inferir a partir do relato do ministro Martinho de Mello e Castro:

[...] com tambom sucesso que a estabelecerão [a comunicação entre o sertão do Macacu e as Minas Gerais], não por algum caminho oculto, ou escondido, nem com as nimias cautelas que os culpados costumão tomar em semelhantes transgreçoens; mas com tanta franqueza, publicidade, segurança, e desenvoltura, que o dito Chefe, Mão de Luva, e os Coligados com ele tendo suas próprias casas, e famílias nessa Capitania, ahi mesmo comprão a escravatura que lhes he necessária, e as provizoens, e mantimentos de que também precizão; ahi mesmo alugão bestas a diferentes particulares, e se servem das suas próprias carregando-as todas com os ditos mantimentos, e provizoens; e fazendo-as conduzir até hum serto Destricto, onde se descarregão; para depois os transportarem eles mesmos com a sua escravatura aos ranchos, e lavras que tem estabelecido no referido Sertão; sendo tal a liberdade com que estes factos se praticão, que até os próprios pays, persuadidos da tolerância, ou consentimento deles, mandão sem algum reбуço, ou disfarce seus filhos, com provimentos, e escravos para o novo Descoberto, como eles lhe chamão [...] (BIBLIOTECA NACIONAL, Seção de Manuscritos, I-28,28,9)

Algumas tentativas de desagregação desse complexo de extravio (incluindo “espionagem”) foram empreendidas pelo governo colonial, ao longo do terceiro quartel dos setecentos, todas elas mal sucedidas, até que, em 1786, uma força do exército (composta por elementos do Regimento de Cavalaria e dos Corpos de Auxiliares) conseguiu desbaratar a referida organização, fazendo alguns prisioneiros – dentre os quais não figurava Mão de Luva, que conseguiu desaparecer na floresta com alguns de seus comparsas (BIBLIOTECA NACIONAL, Seção de Manuscritos, I-28,28,9; VON TSCHUDI, 1980, p.87).

O saldo, contudo, parece ter sido positivo, com as florestas dos “sertões do Macacu” – toda essa área montanhosa desde a Serra da Boa Vista até Cantagalo – sendo mantidas relativamente a salvo dos processos destrutivos de larga escala, durante a segunda metade do século XVIII. O único engenho estabelecido neste ermo era o de Brás Carneiro, distante mais de 150 km das minas. Fora isso, relata o Vice-Rei Luis de Vasconcelos e Sousa ao ministro Mello e Castro, em janeiro de 1787,

[...] do lugar da cachoeira [do Macacu], aonde tem principio aquelle vasto sertão até o Canta Gallo não há outras casas, roças, e algum outro estabelecimento mais do que os ranchos, que de ordem minha se formado de distancia em distancia para os Destacamentos, que rodeião, e circulão aquelles sítios, e para a guarda, e reserva dos mantimentos, com que estou fornecendo os m.^{tos} indivíduos occupados naquella diligencia, a fim de serem socorridos a tempo, e não experimentarem maior precisão naquelles *terrenos agrestes, e incultos* (BIBLIOTECA NACIONAL, Seção de Manuscritos, I-28,28,4, fls.19-20, grifo meu).

Em 1818, Auguste de Saint-Hilaire teve a oportunidade de um avistamento panorâmico da paisagem da bacia do Macacu a partir do nascedouro do rio, na Serra da Boa Vista, o que obrigou o naturalista a reconhecer que “seu nome era justo”:

Comecei a descer, e logo o mais majestoso espetáculo se ofereceu aos meus olhos. Ao redor de mim altas montanhas, cobertas de espessas florestas, dispunham-se em semicírculo. Abaixo da cadeia minha vista mergulhava-se numa imensa extensão de colinas *onde matas são entremeadas de plantações*; [...] (SAINT-HILAIRE, 1974, p.124, grifo meu).

O relato acima desenha um quadro no qual a parte baixa da bacia compunha-se dum mosaico de florestas e lavouras. O naturalista francês pôde, mais tarde, confirmar isto que vira de longe e ainda refinar seu diagnóstico ambiental:

Entre o Guaxindiba e o Cabeçu [...] a região é ondulada, e, à direita, bem como à esquerda, vêem-se ainda colinas. [...] O campo, alegre e animado por todos os lados, apresenta uma alternativa de tufos de árvores, pastagens, terrenos cultivados e principalmente plantações de cana-de-açúcar. É evidente que esta região foi, outrora, coberta de matas virgens, mas atualmente não se vê nenhum resto delas; as terras que se não acham cultivadas foram entretanto devastadas um dia, e reconhece-se pelo pouco vigor das maiores árvores, que elas substituem a outras (SAINT-HILAIRE, 1974, p.132).

As pastagens, como se nota na descrição acima, também se faziam presentes, principalmente nas terras baixas, onde apareciam na forma de campos de vegetação rala, periodicamente cobertas por águas. É muito provável que tais formações vegetais fossem o resultado de diversas regenerações secundárias mal-sucedidas, realizadas num sistema agrícola de pousio florestal demasiado curto. Já em 1778, João Duarte do Couto havia vendido as suas terras, localizadas na freguesia de Itambi, por serem elas “fracas e alagadissas” e “não produzirem Canas”. O antigo proprietário desmontou o engenho de açúcar que nelas havia construído – e que se mantivera em funcionamento por 120 anos – e as vendeu sem benfeitorias para compradores desconhecidos, que passaram a usá-las como pastagem (LAVRADIO, 1946, p.290).

Em 1816, John Luccock (1975, p.232) observou, na área de confluência entre os rios Pirassununga e Macacu (noroeste da bacia), uma propriedade de mais de sete mil km² cuja inteira extensão já deveria ter sido desmatada pelo menos uma vez. Isto infiro do fato de que, apesar das “extensas matas” com que eram cobertas o sítio, elas serviam, pelo que dá a entender nosso observador, apenas para lenha, indicando um estado geral de florestas secundárias. Luccock comenta que, nesta sua visita, teve a oportunidade de conversar com um senhor de 90 anos que, em sua mocidade, havia conhecido o lugar como “inteiramente mato”. Além disso, a fazenda estava à venda, naquele ano, por dois contos de réis mais o pagamento da décima real, uma quantia irrisória para a região do

Recôncavo nessa época; como sabemos, o montante de matas era um atributo que valorizava a terra.

As observações de outro transeunte, o príncipe de Wied-Neuwied, Maximilian Alexander Philipp, destoam do panorama geral até aqui visto. Em sua viagem do Rio de Janeiro a Cabo Frio, feita no ano de 1815, ele passou pelo rio Guaxindiba, descrevendo-o como “um riacho que serpeia, num gracioso leito de areia, *entre densas matarias*” (WIED-NEUWIED, 1989, p.38, grifo meu). Proponho, aqui, dois argumentos para preterir este cenário àquele de Saint-Hilaire. Em primeiro lugar, prefiro dar mais crédito a um botânico treinado e que se familiarizou à ecologia vegetal brasileira ao longo de seis anos de trabalho de campo sistemático do que a um zoólogo amador que permaneceu na colônia muito menos tempo. Em segundo lugar, ao consultar-se o relatório do Marquês de Lavradio, de 1779, verificamos que a freguesia de Itambi era uma grande produtora de açúcar, abrigando alguns dos maiores e mais tradicionais engenhos do Recôncavo norte-oriental da Guanabara, como o de João de Macedo Portugal, possuidor de um respeitável plantel de 123 escravos e produtor de 70 caixas de açúcar ao ano (LAVRADIO, 1946, p.289). As “densas matarias” de Wied-Neuwied certamente eram florestas secundárias, muitas talvez em avançado grau de regeneração, mas certamente secundárias.

Já quanto àquela porção da paisagem de relevo mais acidentado (médio e alto vale do Macacu), é muito provável que tenha permanecido com uma baixíssima densidade demográfica até o século XIX, com seu imenso estoque florestal tendo sido conservado durante um bom tempo. Uma ótima fonte para averiguar esta hipótese é o relato do cientista natural alemão Hermann Burmeister que, no final do ano de 1850, foi do Rio de Janeiro a Minas Gerais subindo a Serra do Mar pelo vale do Macacu, trajeto que até então não se costumava realizar pelos viajantes, que tomavam a estrada do rio Inhomirim – o que resultou na lamentável escassez de depoimentos coevos sobre esta área. O traslado compreendido desde a foz do rio até a altura do atual centro urbano de Cachoeiras de Macacu foi descrito por Burmeister como uma “região ainda despida de florestas”. A mata-ria começava a aparecer, embora muito gradualmente, a partir da localidade de Águas Compridas, por onde se seguia através de uma estrada larga, “ao longo de outeiros cobertos de vegetação”. “Não era ainda a mata virgem, apenas cerrados, entre os quais se destacava, cá e lá, uma grande árvore, com sua copa frondosa. Onde havia declives íngremes era o matagal, mas nos lugares menos inclinados, especialmente nas baixadas, espalhavam-se os campos cultivados”. Passados estes “trechos monótonos e devastados”, o viajante deparou-se com um “mato grande, se bem que não completamente intacto”, cobrindo as faldas da montanha.

[...] A paisagem adquire, nessa zona, um tom imponente e grandioso [...]. Mal tinha tempo de observar os diversos grupos de árvores que marginavam a estrada; a cada passo surgiam espécies novas, acima e abaixo do nosso caminho; se detinha um pouco a vista, ao voltar-me já outros exemplares se confundiam no imenso mar vegetal (BURMEISTER, 1980, p.97).

Para a produção de um indicador mais indireto e de muito menor acurácia – mas que vem compor, de alguma forma, a nossa “colcha de retalhos” –, podemos utilizar a fauna mencionada no capítulo décimo quarto da *Descrição*, intitulado “No qual se trata dos animais quadrúpedes agrestes”. Apesar de não se enquadrar inteiramente em nenhum dos três tipos de fontes catalogadas por Ribeiro (2004) em seu estudo sobre a etno-zoologia colonial – “narrativas de exploradores”, “obras de cronistas” e “estudos de história natural” –, o documento do qual fazemos uso ficaria, de acordo com as características listadas pelo referido autor, muito mais próximo da crônica:

Nos capítulos dedicados à fauna, os cronistas apresentam listas de vários animais, acompanhadas de descrições sucintas, embora com maior profundidade que a grande maioria daquelas encontra-

das nas narrativas de viagem, onde destacam as principais características de cada espécie. Apresentam os vários nomes que as identificam, tanto em línguas indígenas, onde predominam as do tronco tupi-guarani, e, também, as suas denominações em um ou mais idiomas da Europa. Os aspectos físicos apontados permitem uma idéia mínima do animal e vêm acompanhados de algumas informações sobre seu comportamento (habitat, alimentação, reprodução, etc.), seus possíveis usos e técnicas de caça (RIBEIRO, 2004, s/p).

Com exceção do detalhamento onomástico, o capítulo décimo quarto da *Discrição* apresenta-se bastante fiel a esse perfil. Os animais mencionados na fonte são o veado, a paca, o porco do mato, o quati, o tatu, o gambá, o lagarto, o coelho, a cotia, o tamanduá, três “qualidades” de macaco, o sagüi, o gato do mato, o caxinguelê, a capivara, o ouriço, a preguiça, a preá, a irara, o guaximim, quatro “qualidades” de onças e a anta. Consultando os estudos zoológicos atuais, conseguimos obter estimativas dos *espaços vitais*, isto é, das áreas de habitat necessárias à sobrevivência de indivíduos ou de populações dessas espécies de animais, o que poderia nos dar uma idéia do quanto extensa era essa floresta.

Uma espécie que me parece bastante interessante para esse exercício especulativo é a onça-pintada (*Panthera onca*). Na condição de maior carnívoro das florestas neotropicais, este enorme felino (um indivíduo adulto pesa, em média, 61 quilos) ocupa o topo da cadeia trófica. Em um artigo clássico, o ecólogo Terborgh (1992) sugeriu que esta espécie, bem como a onça-parda (*Puma concolor*), seriam *espécies-chave* desses ecossistemas, devido ao seguinte mecanismo: populações de herbívoros de portes médios e abundantes, como porcos do mato, pacas e cutias, seriam mantidas sob controle pelas onças. Já estes herbívoros, devido ao seu tamanho, seriam responsáveis pelo consumo das sementes relativamente grandes espalhadas pelo chão da floresta. A eliminação das onças, pela caça ou pela destruição dos seus habitats, levaria à proliferação das suas presas, as quais, então, exerceriam maior pressão sobre as sementes grandes. Com o passar do tempo, haveria redução das taxas de recrutamento das espécies de árvores que produzem estas sementes; conseqüentemente, a eliminação das onças causaria um efeito cascata que, em última instância, culminaria na alteração da composição florística. Conforme argumenta Tonhasca Júnior (2005, p.90), apesar de a teoria não ter sido empiricamente confirmada, ela tampouco está inteiramente incorreta, já que diversos levantamentos populacionais indicam que a abundância de herbívoros na floresta neotropical está associada à presença de predadores em geral.

A onça ocupa um espaço importante na cultura popular brasileira, resultado de uma história de intensas interações de nossos antepassados com esse animal. Em *Caminhos e Fronteiras*, Holanda (1957, pp.106-9) nos conta um pouco dessa história. Os que se aventuravam nas trilhas meândricas da mata fechada tinham que se ver com os seus habitantes pretéritos, dos quais tiravam o lar. O perigo que representava a onça para os sertanistas tornava-se tanto maior quanto não se conheciam muitos meios eficazes de defesa contra os seus assaltos. Movendo-se entre as brenhas da mata com rapidez e agilidade extremas, conseguiam preparar ataques sem o menor prenúncio sonoro. Estudos zoológicos atuais mostram que este animal é extremamente arredo e evita ao máximo o contato com os seres humanos, apesar de ter o hábito de flunar por picadas e estradas abertas na mata devido ao fato destes “ambientes de clareira” facilitarem a localização de suas presas (TONHASCA JÚNIOR, 2005, p.43). Por ser muita avistada, a onça me parece ser uma boa espécie indicadora, pois o monitoramento da sua ocorrência era relativamente fácil e de boa continuidade temporal.

Havia, no distrito de Macacu, segundo o autor anônimo da *Discrição*, quatro “qualidades” de onça, todas elas “de forcas extraordinárias, e devorão não só a gente, como todos os mais animais p.^a a sua sustentação”:

Tigres, q.^o são de cor preta, *Sussuranas*, q.^o são avermelhadas com húa lista preta larga p.^o sima do lombo até o extremo da cauda, *Pintadas*, q.^o são todas malhadas de diversas cores, e as *Japutangas*, q.^o são muito menores, e tem a cor vermelha; são em tudo semelhantes ao Gato a excepção do tamanho p.^o terem de altura nos pés, e maonz três palmos, e comprimento te doze, a grossura he proporcionada ao comprimento os peitos m.^o largos, as unhas bastantemente grandes agussadas, e curvas; [...] (AR-QUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Avulsos, caixa 165, n.^o 62, cap.14).

Apesar da grande variabilidade entre populações de diferentes locais, estima-se que *cada onça adulta* necessite de 30 a 100 km² de área de floresta para sobreviver (SCHALLER; CRAWSHAW JR., 1980; CRAWSHAW JR.; QUIGLEY, 1991). Trabalhando com um número médio de 65 km² e assumindo que havia, pelo menos, uma população de 20 onças adultas (10% do número total de indivíduos existentes em toda a extensão de Mata Atlântica remanescente no atual território brasileiro) (TONHASCA JÚNIOR, 2005, p.44), então a mata, nos sertões do Macacu, estender-se-ia por 1.300 km², uma área onze vezes maior do que a do atual Parque Nacional da Serra dos Órgãos – que, vale dizer, não contabiliza, hoje em dia, um único indivíduo das espécies citadas. Embora esses cálculos sejam baseados em um valor completamente arbitrário para a variável população de onças, o exercício parece válido, na medida em que indica a existência de matas estruturalmente conservadas.

Estas florestas, muito provavelmente, extrapolavam os limites da bacia, formando uma enorme mancha de Mata Atlântica contínua que abarcava, além de toda a extensão da Serra dos Órgãos, grande parte da bacia do rio São João, notadamente seu médio-alto curso, a partir da serra do mesmo nome, a qual constitui o divisor de águas oriental da bacia do Macacu. Em seu cartograma sobre a ocupação e uso da terra na Baixada Fluminense em fins dos setecentos, Mendes (1950, p.47) mostra a bacia do São João como um interstício florestal entre as duas zonas canavieiras de então – a primeira, a velha região do Recôncavo, que ia desde Itaguaí até Araruama, e a outra, a fronteira em expansão da planície dos Goitacazes. Este cenário parece bastante plausível quando se examina o estudo de história agrária de Castro (1987) sobre a freguesia de Capivary (atual município de Silva Jardim). Segundo a autora, que acompanhou o processo de ocupação dessa área através de mapas da época pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional e da Mapoteca do Itamarati, ainda em fins do século XVIII, “[n]os sertões do então município de Cabo Frio, o verde sombrio da mata tropical ainda predominava na paisagem”.

É bem verdade que, após as doações de 1760, os sesmeiros do Rio Capivary haviam instalado alguns engenhos nas divisas da planície com o alto curso do Rio São João, às margens do ‘lago de Juturnahyba’. Pela primeira vez, uma parte mesmo que pequena daqueles sertões era legalmente apropriada e se fixavam na região cabedais e escravos. A maior movimentação do relevo, entretanto, quebrando a monotonia da baixada como que preparando a escarpa da Serra, tornava cada vez mais escasso o solo argiloso da planície, desestimulando o avanço do homem branco com suas lavouras de cana e fábricas de açúcar. Talvez pela proximidade dos colonos com seus engenhos e pastagens, mesmo a população indígena era rara, concentrando-se no sopé da serra no lugar que ainda hoje é conhecido como Aldeia Velha e nas margens do Rio São João, onde conviviam com brancos e mestiços pobres que ali faziam suas roças. A inexistência de estradas e caminhos fazia das margens dos rios vias de comunicação naturais onde brancos, mestiços e indígenas, sem cabedais ou escravos, precariamente

se instalavam, *sem chegar a alterar com suas lavouras itinerantes o verde sombrio que se destacava na paisagem* (CASTRO, 1987, pp.7-8).

Já no que tange à *composição florística* dessa paisagem, os problemas para montar o quebra-cabeça são bem maiores. Temos aqui uma questão teórico-metodológica que, mais dia, menos dia, os historiadores ambientais terão que enfrentar diretamente: o da utilização de resultados inventariais/experimentais de estudos fitossociológicos atuais para a reconstrução de cenários históricos. Podemos, realmente, supor que a regeneração de florestas arrasadas num passado mais ou menos remoto – o que os ecólogos chamam de *sucessão secundária* – dá origem a comunidades, senão iguais, pelo menos bastante semelhantes àsquelas existentes “originalmente”? Podemos tomar como base o que existe hoje para reconstruirmos o que existiu antes?

Há, sem dúvida, uma *comparabilidade* entre situações presentes e passadas. É preciso dizer, contudo, que esta comparabilidade deve ser *construída* sobre documentação pertinente. A simples projeção de linhas de base biofísicas do hoje, estabelecidas através de sensores atuais (mapeamentos, fotografias, imagens de satélite, etc.), pode levar a narrativas ambientais equivocadas (BRANNSTROM, 2002, p.420). Parece-me necessário desenvolver métodos de controle que utilizem os registros do passado para “validar” ou, pelo menos, matizar os quadros ecológicos estimados através de pesquisa de campo. Após estudo empírico no sul da Austrália, Bickford e Mackey (2004, p.802) concluíram que, *se utilizados em separado*, nem os dados da vegetação remanescente, nem os registros históricos fornecem bases informativas seguras para a reconstrução de cenários passados, principalmente quando se trata de áreas de povoamento antigo. Além do mais, em última instância, se nos acostumarmos a assumir que o que existiu antes é sempre igual ao que existe hoje, como justificar a própria idéia de uma história e de uma historiografia ambiental?

Kurtz e Araújo (2000) fizeram um levantamento fitossociológico em 150 pontos de amostragem, dentro de uma área de aproximadamente 2,5ha, na Estação Ecológica Estadual do Paraíso, localizada nos atuais municípios de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu. Esta unidade de conservação, cuja administração está a cargo da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), situa-se na vertente atlântica da Serra dos Órgãos, e faz parte do centro de diversidade e endemismo de plantas das serranias do Rio de Janeiro. As altitudes variam entre 60m, cuja curva de nível define o limite sul da Estação, e 1.350m, no alto da serra do Subaio, predominando o relevo fortemente ondulado. A área estudada situa-se inteiramente no município de Cachoeiras de Macacu, numa altitude em torno de 200m, tendo como coordenadas geográficas aproximadas 22°29' S e 42°55' W. Segundo os autores, essa área foi escolhida, entre outras razões, por se tratar de uma mata pouco perturbada. As informações obtidas através do levantamento histórico da ocupação da área, de consultas a fotografias aéreas e entrevista com antigos moradores, além de incursões ao campo, indicaram não ter havido, nos 60 anos precedentes, desmatamentos ou cortes seletivos de grande intensidade no trecho escolhido (KURTZ & ARAÚJO, 2000, p.73).

Neste cotejo, uma primeira observação a ser feita diz respeito à estratificação da comunidade vegetal. O estudo de Kurtz e Araújo mostrou a ocorrência de dois estratos arbóreos praticamente contínuos, além de árvores emergentes. O estrato inferior, situado entre 1,8 e 18m, é composto pela grande maioria dos indivíduos vivos amostrados (89,4% do total). O estrato superior, formado por árvores de 20 a 30m, não chega a constituir um dossel fechado, acima do qual sobressaem os emergentes, que podem atingir até 45m de altura. Deste modo, todas as espécies inventariadas em 1797 pertenceriam ao primeiro estrato (a maior altura assinalada é, exatamente, de 18m). Este resultado desvia-se substancialmente do esperado, já que os manuais atuais dizem que as referidas árvores têm alturas muito superiores àsquelas relatadas pelo documento do final do século XVIII.

Analiseemos alguns casos específicos. Segundo os manuais modernos, o jacarandá (*Dalbergia nigra*) tem uma altura que varia entre 15 e 25m; segundo a *Relação*, sua altura seria de apenas 13,2m. A sapucaia (*Lecythis pisonis*), segundo os estudiosos, tem uma altura que varia de 20 a 30m; de acordo com a *Relação*, este valor caía para 13,2. O caso de discordância mais espetacular é o do jequitibá (*Cariniana estrellensis*) que, atualmente, parece espichar-se até 35-45m; segundo a *Relação*, ele iria até somente “miseros” 17,6m. Isto poderia ser explicado pela existência de uma exploração madeireira “predatória”, na qual se cortassem as árvores antes que elas atingissem seu mais alto grau de desenvolvimento? Se dermos algum crédito ao que consta na variável “quantidade”, não parece ser o caso: das três espécies citadas acima, apenas a população do jacarandá é assinalada como “menor”, o que poderia ser interpretado como maior intensidade de exploração. Também há casos em que os valores de altura são coincidentes como, por exemplo, o vinhático (*Plathymenia reticulata*) – 6-12m atualmente e 13,2m em 1797 – e a canafístula (*Senna multijuga*) – 6-10m atualmente e 8,8 em 1797; mas estes são, definitivamente, muito menos numerosos do que os casos de discrepância.

Por outro lado, pode-se interpretar essa constatação como o resultado de um modelo de gestão florestal de caráter altamente *utilitário*. “Botânica” era sinônimo de “botânica econômica”. Catalogar plantas com alguma utilidade prática tornou-se, no século XVIII, uma espécie de mania internacional, principalmente na Europa; fortunas podiam ser amealhadas com as descobertas certas (BRYSON, 2005, p.362). Mesmo depois da perda precoce de seus domínios asiáticos, Portugal manteve-se relativamente incólume a este movimento até o último quartel da centúria, quando da crise de seu sistema ultramarino. A partir de então, como vimos anteriormente, o interesse em se familiarizar – para explorar – as riquezas vegetais brasileiras ganhou grande impulso, principalmente no que se refere à madeira para construção naval. Em seus *Apontamentos sobre a conservação e corte das madeiras de construção naval*, Freire Alemão preconiza:

Como as matas reservadas têm por fim especial a construção naval, onde de ordinário não têm emprego os paus de desmarcada grandeza, e como é sabido que o crescimento das árvores em altura, e grossura não é sempre progressivo, mas antes, que tendo elas chegado a uma certa grandeza (o que nas nossas [condições] é ainda desconhecido cientificamente) as formações anuais, partindo das de maior vigor vão progressivamente diminuindo, convém que logo que as árvores tenham chegado ao ponto de dar, depois do faquejo, e em boa madeira, as peças requeridas, sejam cortadas; pois nenhuma economia há em deixar a árvore tomar dimensões supérfluas, e exposta a ser acidentalmente destruída (ALEMÃO, 1961c, p.180).

Constituíam exceção a essa recomendação aquelas árvores que pudessem fornecer mais de um tipo de peça, como o putumuju, o vinhático, o louro, o cedro e outras. “A estas”, salienta o botânico, “se deve dar tempo a tomar todo o seu desenvolvimento possível, enquanto se não reear a sua ruína por acidente ou velhice” (ALEMÃO, 1961c, pp.180-1).

Uma outra hipótese que poderia explicar essas dissonâncias é a de que os “palmos de comprido” indicados na *Relação* fossem referentes ao *fuste* ou altura comercial das árvores e não às suas alturas totais. Lembremo-nos de que lidamos com um documento administrativo, utilitário, produzido, portanto, sob a ótica da *madeira* e não da *floresta*. Neste sentido, é bastante plausível que a altura a ser medida não fosse àquela dos indivíduos arbóreos inteiros, mas somente da parte que realmente importava, ou seja, o tronco (a parte da árvore desprovida de galhos, compreendida entre o nível do solo e o primeiro galho mais grosso) – o que, com efeito, provoca diferenças bastante significativas nos valores.

Foram amostrados, no estudo de Kurtz e Araújo, 592 indivíduos vivos, os quais se distribuem por 42 famílias, 83 gêneros e 138 espécies. Para designar essas espécies, foram utilizados apenas 48 nomes vulgares, número significativamente menor do que os 81 nomes listados na *Rellação*. Usando o catálogo de Freire Alemão (1961a, 1961b) para trasladarmos o conjunto de nomes vulgares da *Rellação* para a nomenclatura científica atual, conseguimos identificar, com um grau razoável de acurácia, apenas 25 espécies. São elas: *Silvia navalium* (Tapinhuan), *Acacia maleolens* (Vinhatico), *Apuleia polygamica* (Gurapiapunha), *Bignonia longiflora* Veloso (Ipê), *Machaerium heteropterum* (Angelim), *Centrolobium robustum* (Araribá), *Pterocarpus niger* Veloso (Cabiuna), *Melanoxyllum braúna* (Guraúna), *Peltogyne guarabu* (Gurabu), *Terminalia merendiba* (Mirindiba), *Laurinia atra* Veloso (Canela preta), *Nissolia legalis* (Jacarandá), *Cabralea cangerana* (Cangerana), *Arariba rubescens* (Arariba), *Chrysophyllum buranhém* (Gurahen), *Royalá legalis* (Cutucanhem), *Caesalpinia ferrea* (Pao ferro), *Ferreirea spectabilis* (Sipipira), *Lasiandra calypttrata* (Jaracatirão), *Tabebuia uliginosa* (Tabibuya), *Cedrela brasiliensis* (Sedro), *Cordia odoratissima* (Louro), *Lucuma fissilis* (Gurassica), *Astronium fraxinifolium* (Inhubatan) e *Mimusops elata* (Massaranduba).

A dificuldade dessa conversão fica evidente quando levamos em consideração que o catálogo do botânico carioca arrola um total de 122 espécies. Essa dificuldade se deve, principalmente, à grande variação da onomástica popular, bem como à incipiência da aplicação da taxonomia científica. Encampado, sobretudo, pelos ingleses, o esquema lineano nunca foi totalmente incorporado às práticas de classificação biológica realizadas no âmbito do império português, tendo convivido com outros sistemas taxonômicos de influência mais restrita. Poucos animais e plantas brasileiros nomeados pelos homens de ciência de então resistiram ao passar do tempo (KURY, 2004). Disto decorre que muitos nomes científicos adotados por Freire Alemão tenham se modificado, em maior ou menor grau, daqueles tempos para cá (o tapinhoan, por exemplo, passou de *Silvia navalium* para *Mezilaurus navalium*).

Apesar desses embaraços, acredito que a comparação pura e simples entre os números totais de nomes populares arrolados seja um indicador interessante para um aferimento sobre a riqueza da comunidade vegetal local. Partindo das premissas de que (1) o conhecimento empírico da vegetação tende a aumentar com o tempo, que (2) há uma substancial continuidade histórica da classificação “popular” em relação às árvores e que (3) em ambos os inventários, um mesmo nome popular tende a designar mais de uma espécie botânica, e observando que o critério para inclusão no inventário de 1797 foi um diâmetro do tronco igual ou maior a um palmo (0,22m) e o critério para inclusão no estudo de 2000 foi um diâmetro do tronco à altura do peito (1,30m) maior ou igual a cinco cm – isto é, quatro vezes menor –, pode-se imaginar que os 81 nomes vulgares arrolados na *Rellação*, em contraposição aos 48 listados por Kurtz e Araújo, indiquem uma floresta ainda bastante conservada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar e analisar dados de uma área específica do conhecimento – em nosso caso, a geoecologia – nos registros históricos disponíveis é, sem dúvida, uma tarefa árdua para o pesquisador que não tem formação acadêmica em história. Contudo, é um empreendimento que pode muito bem ser realizado, com algum investimento na aprendizagem básica das metodologias apropriadas (principalmente arquivística e paleografia). Certamente, conforme aponta Rocha (2005), os resultados obtidos serão superiores aos que se seriam alcançados caso não se ousasse na ampliação das fronteiras da pesquisa fora da área específica, nas interfaces com a história.

O estudo da geoecologia florestal feito com o ferramental da ciência histórica representa uma via metodológica de alcance limitado – como, ademais, todas as outras. Os registros do passado, imbuídos de toda a sua contextualidade técnica de produção (relativa imprecisão das medidas, falta de homogeneidade na nomenclatura, ambigüidade nas localizações, etc.) não permitem, na maioria das vezes, o mapeamento das coberturas vegetais, salvo em escalas menores. No entanto, é plenamente possível captar, *ler* essas estruturas nas palavras arcaicas e mal desenhadas sobre papéis que, sem o devido cuidado, esfacelam-se nas mãos.

Ao nos permitir a reconstituição da história do uso da terra florestada numa escala mais ampla, essa leitura, conseqüentemente, subsidia a identificação de “regimes históricos de perturbação” e sua alternância. Este instrumento nos ajudaria a entender melhor o estado de conservação dos atuais sistemas geoecológicos, na medida em que possibilitaria o cálculo de estimativas acerca do tempo de ajustamento destes sistemas a diversas modalidades e intensidades de interferência antrópica.

REFERÊNCIAS

- ALEMÃO, F.F. [Madeiras do Brasil]. **Anais da Biblioteca Nacional**, v.81, p.159-73, 1961(a).
_____. Relação de algumas árvores que floresceram de 1848 a 1849 (Mandada ao Dr. Martius). **Anais da Biblioteca Nacional**, v.81, p.187-92, 1961(b).
_____. Apontamentos [sobre a conservação e corte das madeiras de construção naval]. **Anais da Biblioteca Nacional**, v.81, p.179-86, 1961(c).
- BAKER, W.L. A review of models of landscape change. **Landscape Ecology**, v.2 n.2, p.111-33, 1989.
- BARROS, E.S. **Proprietários rurais e Estado português em meio ao avanço da fronteira agrária escravista**: a capitania do Rio de Janeiro entre 1763 e 1808. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997. 215p.
- BELLEMARE, J., MOTZKIN, G.; FOSTER, D. R. Legacies of the agricultural past in the forested present: an assessment of historical land-use effects on rich mesic forests. **Journal of Biogeography**, v.29, p.1401-20, 2002.
- BICKFORD, S.; MACKEY, B. Reconstructing pre-impact vegetation cover in modified landscapes using environmental modelling, historical surveys and remnant vegetation data: a case study in the Fleurieu Peninsula, South Australia. **Journal of Biogeography**, v.31 n.5, p.787-805, 2004.
- BRANNSTROM, C. Rethinking the ‘Atlantic Forest’ of Brazil: new evidence for land cover and land value in western São Paulo, 1900-1930. **Journal of Historical Geography**, v.28 n.3, p.420-39, 2002.
- BRYSON, B. **Breve história de quase tudo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. 541p.
- BÜRGI, M.; RUSSELL, E.W.B.; MOTZKIN, G. Effects of post-settlement human activities on forest composition in the north-eastern United States: a comparative approach. **Journal of Biogeography**, v.27 n.5, p.1123-38, 2000.
- BURMEISTER, H. **Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. 372p.
- CASTRO, H.M. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COGBILL, C., BURK, J.; MOTZKIN, G. The forests of pre-settlement New England, USA: spatial and compositional patterns based on town proprietor surveys. **Journal of Biogeography**, v.29 n.10-11, p.1279-1304, 2002.

CRAWSHAW JÚNIOR, P. G.; QUIGLEY, H. B. Jaguar spacing, activity, and habitat use in a seasonally flooded environment in Brazil. **Journal of Zoology**, v.223, p.357-70, 1991.

DEFFONTAINES, P. A floresta a serviço do homem no Brasil. **Boletim Geográfico**, v.28, p.561-68, 1945.

DRUMMOND, J.A. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 1997. 306p.

FORTE, J.M.M. Vilas Fluminenses Desaparecidas: Santo Antônio de Sá. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, t. XLIV, p.35-67, 1937.

FOSTER, D. R., CLAYDEN, S., ORWIG, D. A., HALL, B.; BARRY, S. Oak, chesnut and fire: climatic and cultural controls of long-term forest dynamics in New England, USA. **Journal of Biogeography**, v.29 n.10-11, p.1359-79, 2002.

FUNDREM. **Inventário dos bens culturais do Município de Itaboraí**. Rio de Janeiro: FUNDREM, 1982. Ilustrações e mapas.

HALL, B., MOTZKIN, G., FOSTER, D. R., SYFERT, M.; BURK, J. Three hundred years of forest and land-use change in Massachusetts, USA. **Journal of Biogeography**, v. 29 n.10-11, p.1319-35, 2002.

HOLANDA, S.B. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. 334p.

KURTZ, B.C.; ARAÚJO, D.S.D. Composição florística e estrutura do componente arbóreo de um trecho de Mata Atlântica na Estação Ecológica Estadual do Paraíso, Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro, Brasil. **Rodriguésia**, v.51 n.78/115, p.69-112, 2000.

KURY, L. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.11 (suppl.1), p.109-29, 2004.

LAVRADIO, M. "Relação – parte II". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v.76, p.289-360, 1946.

LUCCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 435p.

MENDES, R.S. **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (USP), 1950. 171p.

MILLER, S.W. **Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber**. Stanford: Stanford UP, 2000. 324p.

OLIVEIRA, R.R. Mata Atlântica, paleoterritórios e história ambiental. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3, 2006, Brasília. **Anais...**, Brasília: ANPPAS, 2006 (CD-ROM).

REGO, L.F.G. O espaço geográfico visto do espaço orbital. In: OLIVEIRA, R.R. (Org.). **As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, p.51-62, 2005.

RIBEIRO, R.F. Bestiário brasileiro: a nossa fauna no imaginário colonial. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2, 2004, Indaiatuba. **Anais...**, Indaiatuba:ANPPAS, 2004 (CD-ROM).

ROCHA, Y.T. Fontes históricas e pesquisas geográficas: relatos de viajantes, iconografia e cartografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n.17, p.135-51, 2005.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelos distritos dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974. 452p.

SANTOS, C.M. **O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. 290p.

SCHALLER, G. B.; CRAWSHAW JÚNIOR, P. G. Movement patterns of jaguar. **Biotropica**, v.12, p.161-68, 1980.

TERBORGH, J.W. Maintenance of diversity in tropical forests. **Biotropica**, v.24, p.283-92, 1992.

TONHASCA JÚNIOR, A. **Ecologia e história natural da Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005. 197p.

VON TSCHUDI, J.J. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. 218p.

WIED-NEUWIED, M. **Viagem ao Brasil**. 2 tomos. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1989.

Recebido em setembro de 2007

Aceito em janeiro de 2008